

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS

Bruno Serafini Gross¹

Aline Sabino da Silva Paloschi²

Tiago Luiz Pereira³

Izabel Preis Welter⁴

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observou-se uma evolução socioeconômica em nosso país, ao passo, que também houve um aumento nos índices de criminalidade, causando assim, transtorno em nossa sociedade, tanto para o convívio social, como no âmbito do sistema de cumprimento das penas.

Cabe mencionar que, se compararmos o cumprimento das penas do Brasil com os outros países, podemos constatar que há falta de comprometimento em seus objetivos, onde os apenados vivem em condições extremamente precárias, resultado de sistema carcerários lotados, não havendo condições mínimas de higiene e alimentação em inúmeros estabelecimentos prisionais, entre outras situações que tornam um desrespeito à dignidade humana.

Se deve salientar não somente o princípio da dignidade humana e a garantia dos direitos humanos, mas também enfatizar a segurança e a necessária efetividade do cumprimento das penas, visto que, tem se visto em inúmeros presídios, a falta de fiscalização, corrupção, presidiários cumprindo a pena com regalias, tais como uso de aparelho de celular, televisão, vítimas íntimas não autorizadas, entre outras, a falta de fiscalização quanto a entrada de entorpecentes e armas.

Como se vê, não raramente em noticiários, apenado tem vivido situação desumana,

¹ Acadêmico do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário FAI – UCEFF Itapiranga. E-mail: brunogrserafini@hotmail.com

² Psicóloga, Mestre em Educação, Professora dos curso de Psicologia, Direito, Pedagogia do Centro Universitário FAI – UCEFF Itapiranga. E-mail: alinesabino@uceff.edu.br

³ Psicólogo, Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Professor e Coordenador do Curso de Psicologia do Centro Universitário FAI - UCEFF Itapiranga. E-mail: tiago@uceff.edu.br.

⁴ Mestre em Direito - área de concentração em Dimensões materiais e eficácia dos direitos fundamentais - na Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC. Possui graduação em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2009). Atualmente é Oficiala da Infância e Juventude - Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e docente no curso de Direito na instituição FAI Faculdades de Itapiranga-SC. E-mail: izabel@uceff.edu.br

passando longe dos patamares requisitados pelas convenções internacionais de direitos humanos e pela nossa Constituição Federal. E tem sido comum observar situações calamitosas na saúde pública, como falta de leitos, superlotações em hospitais tal como a falta de segurança pública e a marginalização daqueles que cometeram algum tipo de infração penal.

METODOLOGIA

A metodologia é de cunho bibliográfico, baseado em artigos científicos, doutrinários e dados oficiais, com a intenção de verificar a violação dos Direitos Humanos nos sistema carcerário.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos presídios brasileiros há muitos presos que estão na tutela do Estado, cumprindo pena, porém, não tem seus direitos resguardados, que são garantias constitucionais, como o direito à vida, pois, quando ocorrem rebeliões, muitos deles são torturados e assassinados. O Estado tem o dever de proteger e ressocializar o preso, mas, no atual modelo de presídios, ele se torna apenas mais uma estatística de caso de morte em presídio.

Destarte, o encarcerado no Brasil tem previsão de garantias de sua integridade física e moral em diversas legislações, tanto nacional quanto internacional. Todos estatutos demonstram a preocupação com os direitos do preso, os princípios a ele inerente e as disposições dos direitos humanos. Contudo, a realidade é bem diferente.

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça referentes ao primeiro semestre de 2014. O país alcançou a marca de 622.202 (seiscentos e sete mil e setecentos) presos, atrás apenas da Rússia (644.237), China (1,6 milhão) e Estados Unidos (2,2 milhões). Quando se compara o número de presos com o total da população, o Brasil também está em quarto lugar, atrás da Tailândia (3º), Rússia (2º) e Estados Unidos (1º). Segundo o Ministério, se a taxa de prisões continuar no mesmo ritmo, um em cada 10 brasileiros estará atrás das grades em 2075. (INFOPEN, 2014).

Por fim, salienta-se que na atual conjuntura brasileira a situação dos presídios é preocupante, pois apresenta maus tratos verbais ou de fato aos encarcerados; superpopulação carcerária; falta de higiene; condições deficientes de trabalho; deficiências no serviço médico,

que pode chegar em muitos casos, a sua absoluta inexistência; regime alimentar deficiente; elevado índice de consumo de drogas, muitas vezes originado pela corrupção de alguns funcionários penitenciários que permitem e até participam do tráfico; abusos sexuais; ambiente propício à violência

CONCLUSÃO

Diante disso, é possível concluir que, mesmo que o princípio da dignidade da pessoa humana tenha previsão constitucional, a violação do mesmo dentro das penitenciárias existe, sendo amplamente divulgado pelos meios de comunicação, que as penitenciárias brasileiras possuem condições subumanas, com uma administração falha, não provendo as necessidades básicas aos apenados, o que acarreta na violação diária dos direitos dos apenados.

Dentre as violações sofridas durante o cumprimento de pena, pode-se elencar a omissão da saúde, higiene, educação e estrutura física, o que vai na contramão da dignidade. O preso detém todos os direitos fundamentais, afinal, ele é ser humano, merecendo ter o mínimo existencial, não podendo ter seu direito fundamental violado de tal modo, devendo ser tratado de forma digna, inclusive durante o seu cumprimento de pena privativa de liberdade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Carlos. Sistema Prisional Brasileiro: A busca de uma solução inovadora. In: Migalhas, 18 março. 2014. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI197374,81042->. Acesso em 03 out. 2019.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2017.

CALDEIRA, Felipe Machado. A evolução histórica, filosófica e teórica da pena. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, nº45, v.12, 2009.

INFOPEN. Levantamento Nacional de informações penitenciárias. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-dez14.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2019.